

Revisão da vida toda volta a ser julgada pelo STF

EXPECTATIVA. Aposentados e pensionistas, com seus representantes, permaneceram em Brasília nesta semana tentando garantir seus direitos já sentenciados por STJ e STF

'Revisão da vida toda' volta a ser julgada no STF

» Milhares de aposentados de Santos e Região e milhões em todo o País estão na expectativa e esperança de obter um reajuste em seus benefícios com o recálculo de suas aposentadorias na Revisão da Vida Toda já julgada precedente pelo STF.

Entretanto, o INSS recorreu da decisão com embargos declaratórios e o Supremo vai julgar o caso novamente, desde a última sexta-feira (11), no plenário virtual, com previsão final de encerramento para o dia 21.

Com a expectativa e esperança de que os ministros mantenham a decisão, muitos aposentados e pensionistas estiveram nesta semana em Brasília, junto com seus líderes sindicais e orientados por advogados, a categoria se mobilizou em visitas aos gabinetes de ministros para solicitar que o julgamento favorável da ação de revisão da vida toda seja mantida pela Suprema Corte e que os embargos do INSS sejam rejeitados.

Antes de chegar ao STF, a ação já havia sido julgada favorável, também no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ela permite que aposentados e pensionistas possam usar todas suas contribuições feitas ao INSS, inclusive as anteriores a 1994 (antes do Plano Real), que foram descartadas pela previdência social, para recalcular um novo benefício. A batalha jurídica foi transferida para o STF, que julgou



Sede do Supremo Tribunal Federal; com a expectativa e esperança de que os ministros mantenham a decisão, muitos aposentados e pensionistas pelo País estiveram nesta semana em Brasília

o caso em dezembro do ano passado. A decisão considerou inconstitucional o método usado pelo INSS na concessão dessas aposentadorias e obrigou a previdência a recalcular os benefícios.

O INSS recorreu mediante embargos. Com essa medida, a ação está de volta ao plenário da Corte, que marcou o novo julgamento onde o INSS pretende modificar a

decisão favorável aos aposentados mediante esse recurso. Representado pela Advocacia Geral da União (AGU), o INSS, através da Previdência Social, está questionando vários pontos do julgamento.

Diz também, que a execução da sentença pode beneficiar milhões de aposentados e pensionistas e gerar quantia vultosa e ainda incalculável à União, aumentando o déficit

da previdência. Informa ainda que, se a decisão for mantida, o INSS vai precisar de mais tempo para adequar seu sistema de informatização.

O julgamento ocorrerá no plenário virtual e vai se estender até o próximo dia 21. Até lá, os 11 ministros terão que entregar seus votos e fundamentos mantendo ou alterando a decisão anterior.

(Francisco Aldine)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Litoral - Baixada Santista/SP

Seção: Brasil **Caderno:** A **Página:** 3